



ALAVANCAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO:
PERSPECTIVAS E DIÁLOGO ENTRE OS SETORES DE SEGUROS E FRANQUIAS

Crescimento com sustentabilidade

Em evento do **Correio** sobre o mercado de seguros e franquias, autoridades e especialistas ressaltam a importância de uma agenda ambiental e inclusiva na economia brasileira. Marco regulatório pode ampliar investimentos e contratação de mais serviços

» RENATO SOUZA
» RAFAELA GONÇALVES
» VICTOR CORREIA

Fotos: Ed Alves CB/DA Press



No mercado de seguro, as principais empresas do setor têm percebido a agenda ambiental, social e de governança. Assim o mercado tem assumido um papel estratégico"

Gilmar Mendes, ministro decano do Supremo Tribunal Federal

Expoentes da economia nacional, com uma participação de quase 10% do Produto Interno Bruto, os setores de seguros e de franquias têm potencial para dar uma contribuição ainda mais relevante ao crescimento econômico do país. Para proporcionar mais benefícios à sociedade, no entanto, é necessário consolidar os importantes marcos regulatórios aprovados recentemente e afastar a insegurança jurídica. Assim será possível obter novas conquistas, como ampliação da cobertura securitária da população brasileira e novas oportunidades de negócios.

Essas são algumas das conclusões do CB Fórum, realizado ontem, na sede do **Correio Braziliense**. Com o tema Alavancas de Crescimento Econômico: perspectivas e diálogo entre os setores de seguros e franquias, o evento reuniu autoridades do Judiciário e do Executivo, além de chefes de agências reguladoras e representantes do mercado de seguros e franquias. O **CB Fórum** teve apoio da Prudential do Brasil e apoio institucional da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg).

Decano do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes destacou que o Brasil tem potencial para se tornar economicamente próspero, sem deixar de lado a proteção do meio ambiente, garantida pela Constituição Federal de 1988.

"Não escapa a nenhum de nós aqui presentes as potencialidades do Brasil para se tornar um país economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Setores privados da economia, passando por atividades industriais de ponta, até serviços prestados ao mercado brasileiro, não são poucos os caminhos que já trilhamos para gerar riqueza e prosperidade", destacou o magistrado.

O ministro destacou que a responsabilidade sobre o meio ambiente é de todas as gerações. "O Brasil precisa dar mais um passo nesse processo a fim de assegurar que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico sejam conjugados com a concretização da fraternidade plasmada na justiça climática e a responsabilidade intergeracional", ressaltou.

Gilmar Mendes observou que o mercado de seguros também está atento à questão da sustentabilidade. "A proteção ambiental precisa se atualizar diante de uma mudança climática que já nos dá sinais de um futuro que se aproxima a passos rápidos. Especificamente no mercado de seguro, as principais empresas do setor têm percebido a agenda ambiental, social e de governança. Assim o mercado tem assumido um papel estratégico, tornando-se um agente indutor de práticas sustentáveis", finalizou.

Inclusão social

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, apontou a



A Lei 15 040 dá mais confiança para os consumidores comprarem mais contratos de seguro, porque traz prazos mais claros, obrigações mais definidas"

Alessandro Octaviani, presidente da Susep

agenda de desenvolvimento sustentável como o principal pilar e oportunidade para o crescimento econômico brasileiro. "A grande oportunidade de desenvolvimento do Brasil está na agenda do desenvolvimento sustentável", disse.

Mello descreveu um panorama do cenário macroeconômico e apontou as estratégias necessárias para um crescimento equitativo, equilibrado e sustentável. Segundo ele, há três grandes eixos estruturantes, além de medidas no ambiente de negócios.

O economista mencionou o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no âmbito da infraestrutura; o Nova

Indústria Brasil, plano governamental de implantação da nova política industrial; e o Plano de Transformação Ecológica, conjunto de políticas públicas que visa promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

"Esses três planos dialogam e se articulam entre si. E é isso que compõe uma estratégia de desenvolvimento, onde você consegue olhar para o conjunto da economia", destacou.

O secretário enfatizou ainda que um crescimento econômico sustentável precisa necessariamente combinar inclusão social e sustentabilidade ambiental. "A combinação de um cenário



A combinação de um cenário macroeconômico mais estável, além de uma série de estratégias, vai impulsionar o crescimento sustentável"

Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

macroeconômico mais estável, mais amigável ao investimento, além de uma série de planos, estratégias e instrumentos que vão abarcar um conjunto amplo de setores da economia brasileira, é o que vai permitir ao Brasil aproveitar, criar e impulsionar o crescimento econômico sustentável", sustentou.

Por sua vez, o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Uallace Moreira Lima, argumentou que o país depende de políticas perenes e estruturantes para se desenvolver. "Nenhum país do mundo consegue



Nenhum país consegue crescimento sustentável inclusivo com programas de governo, mas com programas de Estado"

Uallace Lima, secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic)

crescimento sustentável inclusivo com programas de governo — porque governo passa — mas com programas de Estado", comentou.

O secretário do Mdic destacou que projetos como o Novo PAC, a reforma tributária e o Marco das Garantias são decisivos para um crescimento econômico "robusto, sustentável e inclusivo".

Citando o crescimento da indústria nacional, Moreira Lima mencionou a existência de bases econômicas para expansão do setor de seguros e de franquias. "Sem esses dados, não existe mercado de seguros, e não existe mercado de franquias", pontuou o secretário.

Avanços e desafios

» DANANDRA ROCHA

Em sua participação no **CB Fórum**, o presidente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Alessandro Octaviani, ressaltou os avanços, as oportunidades e os desafios no setor.

Segundo ele, o mercado de seguros tem grande potencial para alcançar camadas da sociedade que ainda não têm acesso a esse serviço. Para isso, é fundamental garantir um ambiente regulatório sólido e com previsibilidade, que estimule a confiança dos consumidores e investidores.

O presidente da Susep destacou algumas conquistas recentes. Destacou a sanção da Lei 15.040, conhecida como a Lei do Contrato de Seguros. Sancionada no fim de 2024, entrará em vigor em dezembro deste ano. "Esta lei dá mais confiança para que os consumidores possam comprar mais contratos de seguro, porque traz prazos mais claros, obrigações mais definidas. Tramitou por quase duas décadas no Parlamento, com mais de 200 emendas. Certamente temos um diploma maduro que coloca o Brasil num patamar de organização institucional, finalmente paralelo aos das principais economias do mundo", disse.

Outro avanço importante, segundo Octaviani, é a regulamentação das associações e cooperativas, por meio da Lei 213/2025 como novos players no mercado de seguros. Essa mudança permite que essas entidades atuem de forma legal e regulada, garantindo concorrência justa com as seguradoras tradicionais e trazendo mais opções para os consumidores.

Seguro rural

Mas existem desafios, ponderou o presidente da Susep. Ele elencou a necessidade de uma reforma no marco legal do seguro rural, garantindo mais proteção aos produtores agrícolas contra riscos climáticos e operacionais. Resaltou que o crédito não é o principal problema do setor agropecuário, mas sim a falta de segurança contra perdas inesperadas.

Octaviani defendeu a criação de um Sistema Nacional de Enfrentamento a Catástrofes, que incluiria o seguro como um dos principais instrumentos para minimizar impactos de desastres naturais.

Entre as inovações regulatórias, o dirigente da Susep destacou a necessidade de ajustes na regulamentação do seguro de vida universal, permitindo que segurados utilizem suas reservas acumuladas para cobrir períodos de desemprego ou dificuldades financeiras. Ele defendeu que essa mudança poderia ampliar significativamente o número de pessoas protegidas por esse tipo de seguro, trazendo mais segurança financeira para as famílias brasileiras.